

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 1
Janeiro/Junho 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 01-320	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Políticas Sociais no Capitalismo e a Contrarreforma do Estado... Uma história sobre a perda de direitos no Brasil

Hiago Trindade de Lira Silva

RESUMO

O artigo que ora apresentamos ao público é fruto de uma revisão de literatura e objetiva trazer à tona reflexões que nos permitam pensar e analisar a trajetória histórica e político-econômica das políticas sociais, dando ênfase para a sua constituição, enquanto padrões de proteção social gestados a partir das relações estabelecidas entre sociedade política e sociedade civil, bem como para os contornos que as mesmas ganham na particularidade brasileira, sobremaneira, com a continuidade e aprofundamento do processo de contrarreforma do Estado no tempo mais recente, parametrado pela emergência do Partido dos Trabalhadores no cenário político-institucional de nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Sociais.
Contrarreforma do Estado.
Direitos Sociais.
Partido dos Trabalhadores.

Recebido em 02/09/13.

Aprovado em 22/11/13.

Social Policies in Capitalism and State Counter-Reform... a story about the losing of rights in Brazil

The present work is result of a literature review and it aims to bring to light reflexions that will allow us to think and analyze the historical and political-economic path of the social policies, emphasizing their constitution, as social protection patterns gestated from the relations between political society and civil society, as well the outline they get in the brazilian context, especially, with the continuity and deepening of the State counter-reform process most recently, parameterized by the Workers' Party in the political-insitutional scenary of our society.

KEYWORDS Social Policies. State Counter-reform. Social Rights. Workers' Party.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 277-301	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”
Karl Marx

Para começar...

A necessidade constante de pensar o movimento do real, a partir dos fenômenos que envolvem a produção e reprodução de nossa sociedade, nos faz sintonizar com as determinações mais gerais do modo capitalista de produção, e seus desdobramentos para o conjunto das políticas sociais.

Embora a formulação de estudos voltados para o entendimento dessa área temática seja relativamente recente, sendo os mesmos datados em maior intensidade a partir do surgimento do *Welfare State*, no período pós-segunda guerra mundial (PEREIRA, 2001), anotamos, ao mesmo tempo, que as políticas sociais têm se configurado como um campo de análise teórico-metodológica que vem desencadeando interesse e sendo pensado por diversas áreas do saber e, dentre elas, o Serviço Social, cujas contribuições têm se expressado tanto nos subsídios presentes no campo das elaborações teóricas quanto na dimensão militante de sua construção.¹

Assistimos, em meio à conjuntura neoliberal candente, a disseminação ideológica atrelada aos interesses materiais e espirituais das classes dominantes, fincadas na generalização da ideia de avanço das políticas sociais num sentido amplo, como recurso e/ou forma que, por si só, pode ser determinante para extinguir as injustas estruturas desiguais que nos assolam,

1 A este respeito, afirma Francisco de Oliveira, no prefácio do livro *Brasil em Contra-Reforma*, de autoria de Elaine Behring: “... Deve-se dizer que sem os assistentes sociais a criação e a invenção dos direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra” (2008, p. 15).

há bastante tempo, de maneira muito latente. Ao mesmo tempo, uma leitura crítica da realidade concreta, aponta o avesso do acima exposto: a focalização, restrição e seletividade, exponenciadas com a contrarreforma do Estado, entre outras tantas características, estão, em verdade, se fazendo presentes na lógica norteadora da construção e materialização das políticas sociais para a classe trabalhadora na contemporaneidade, obrigando-nos a questionar a função e horizonte expressos no propalado discurso sobre o avanço das mesmas.

De fato, no tempo presente, o cenário brasileiro continua servindo de palco para os malabarismos ideológicos e econômicos do capital, sedento pela aquisição e expansão de suas fortunas materiais. E isso não tem ocorrido sem a interferência dos sucessivos governos que estiveram, politicamente, à frente deste país.

Entre eles, apontaremos, ao longo das linhas que se seguem, de maneira bastante sumária, algumas considerações acerca do papel e lugar ocupado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos desdobramentos desse processo, recorte esse justificado pelo seguinte fato: o lastro dos últimos 10 anos – que consubstanciam o tempo no qual o Brasil vem sendo dirigido pela política petista – foi marcado pela continuidade e, diríamos até, pelo aprofundamento da contrarreforma que está sendo responsável pelo desmantelamento do Estado, bem como por todas as consequências espraiadas com este fenômeno, particularmente no campo dos direitos sociais.

Ora, enquanto profissionais chamados a atuar diretamente com as políticas sociais – em sua formulação, implementação e avaliação –, consideramos mister fazer esforços para pensá-las, desmistificando a realidade e, como corolário, criando fundamentos para ressignificar à prática profissional em razão do que defende o nosso Projeto Ético-Político profissional.

Nesse sentido, o breve texto ora exposto não objetiva esgotar as reflexões sobre esse campo do conhecimento – e isso nem mesmo seria possível dado o grau de complexidade que permeia este debate. Pretendemos, tão somente, apontar algumas considerações na tentativa de contribuir para situar, no transcorrer da história e sobretudo o tempo recente que marcou a realidade brasileira com o advento do Partido dos Trabalhadores ao governo, o modo pelo qual as políticas sociais se caracterizaram em meio às determinações de (re)produção do modo capitalista, bem como apontar as repercussões que se fizeram sentir, nesse processo dialético, no campo da

perda dos direitos sociais historicamente conquistados, sobretudo quando observamos a consolidação da fase monopólica do sistema de metabolismos do capital e a gênese do processo de contrarreforma do Estado brasileiro. Assim sendo, vamos à história...

O desenrolar da história

Nossa tentativa de analisar a problemática proposta se pauta na perspectiva que vem, por entre a tradição marxista, sendo galgada no campo da crítica da economia política. Nesse sentido, estamos convictos e entendemos ser realmente necessário – sob pena de cairmos no risco de fornecer ponderações esvaziadas de um fundo intelectual rigoroso – afirmar que essa arena de análise deve ser sistematizada a partir da essencial articulação entre as dimensões do social, econômico e político.

Acreditamos que pensar essas dimensões dissociadas significaria perder nossa agudeza crítica e corroborar com a forma de pensamento gestada e nascida intrinsecamente atrelada à burguesia e sua forma de conceber a vida social, no século XIX, para explicar a sociedade numa ótica conservadora. Ora, consoante Wood, esse período histórico realmente marca a tendência responsável por “... perpetuar a rígida separação entre o econômico e o político [...] [esvaziando] o capitalismo de conteúdo político e social” (2003, p. 27).

É com base nesse esforço – voltado a abarcar a dimensão da totalidade – que conseguimos tracejar uma concepção de política social a ganhar corpo fundamentada nas fricções estabelecidas entre a sociedade política e a sociedade civil, motivadas pelos interesses colidentes dos grupos nelas existentes. Compreendemo-la, pois, como uma “... estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, e não meramente individual, na qual tanto o Estado como a sociedade civil desempenham papéis ativos” (PEREIRA, 2008, p. 81).

Nesse sentido e como foi supramencionado, poderíamos afirmar que esses grupos cristalizam-se, basicamente, nas figuras do Estado (enquanto aparelho institucional) e nas classes ou forças sociais, para usar a nomenclatura empregada por Faleiros (1986) e movimentam-se mediante as múltiplas determinações emergentes dessas relações, levando-se em consideração ainda às particularidades que circundam a conjuntura em que se

inscrevem no espaço e no tempo histórico. Segundo Tanezini (2004), ao passo em que se sucedem essas relações, vão se desenhando desdobramentos nas esferas sócio-econômicas e políticas capazes de engendrar o terreno favorável para o aparecimento das políticas sociais.

Em nível mundial, as primeiras formas de surgimento destas políticas, não podem ser pensadas descoladas de uma análise acerca do trabalho, especificamente a partir do século XIX,² no contexto de desenvolvimento da Revolução Industrial, período histórico caracterizado pela necessidade de mão de obra para garantir os interesses da burguesia então nascente.

Esta necessidade se expressava na lógica norteadora do processo de produção das mercadorias para comercialização, representando para o conjunto da classe trabalhadora, submissa a esta conjuntura econômica e política: extenuantes jornadas de atividade laboral, ambientes insalubres e perigosos, situações de violência etc. fazendo surgir, para ela, demandas imediatas e concretas de todas as ordens.

O modo de produção capitalista surge, por assim dizer, baseado no reforço à histórica divergência entre classes³ que se fez presente na história da humanidade e engendrou os capitalistas: detentores dos meios materiais necessários para produzir e subordinar uma segunda classe: o proletariado que, aniquilado desses meios de produção e possuindo apenas sua força de trabalho como recurso fundamental, vê-se obrigado a submeter-se aos ditames e interesses da minoria burguesa. Segundo Behring “é reconhecido que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se” (2006, p. 1).

Esses determinantes são fundamentais para nos permitir atingir a compreensão das bases justificadoras do aparecimento da questão social,⁴ en-

2 Antes das políticas existirem enquanto tais, algumas proto-formas se fizeram presentes na história que registra o “atendimento” das demandas da classe trabalhadora. Para uma análise mais aprofundada, consultar Behring e Boschetti (2009).

3 Como discorrem Marx e Engels, no início de *O Manifesto do Partido Comunista*: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre da corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada” (MARX; ENGELS, 1999, p. 7).

4 Para aprofundar esta noção ver Netto (2007).

quanto fenômeno que resguarda em si as expressões da contradição resultantes da dominação e exploração imposta pelo capital e que, num mesmo movimento, requisita a intervenção de um organismo – o Estado, capaz de corroborar, direta e indiretamente, com a (re)produção de seus interesses. Todavia, do ponto de vista da contradição, poderíamos afirmar que neste mesmo Estado encontra-se embebido numa relação dialética, de modo que “... abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes e assume diferentes responsabilidades, inclusive as atender demandas e reivindicações discordantes” (PEREIRA, 2008, p. 146).

Segundo Behring e Boschetti (2009), entre a metade do século XIX até o começo do seguinte, a sociedade européia fundamentava-se, do ponto de vista socioeconômico a partir dos princípios liberais. Assim, “o papel do Estado, uma espécie de mal necessário [...] resume-se a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os ‘benefícios do homem’” (2009, p. 56).

Com o liberalismo, estabelecia-se a liberdade do mercado como central para o desenvolvimento da sociedade. Os ideólogos desta corrente pregavam que os esforços individuais de cada sujeito, convergiriam para maximizar o bem estar de todos. Acreditavam na existência de uma taxa de desemprego necessária e naturalizavam as desigualdades de oportunidades – pois, para o referido princípio, o homem é responsável pelo seu estado nos remetendo até uma concepção Darwinista, pautada na idéia de que só os melhores sobrevivem – e também as desigualdades mais estruturais.

A sociedade estava embalada por este princípio e, nesse sentido, as políticas sociais ou as primeiras formas que deram substância para o seu aparecimento, não encontravam condições objetivas para se desenvolver enquanto mecanismo sócio-político importante para propiciar e/ou contribuir, ainda que parcialmente, com o desenvolvimento do homem. Muito pelo contrário, eram limitadas, tímidas e quase que imperceptíveis.

As ideias liberais perduravam ganhando corpo e fornecendo os direcionamentos que parametravam as relações ocorridas entre Estado e sociedade, até o momento no qual o conjunto dos fenômenos sociais, políticos e econômicos a dinamizarem a época – dos quais são exemplos marcantes a organização do movimento socialista de 1917 e a acentuação da monopolização do capital, que resulta na famosa crise de 1929/33 – foram derruindo as bases de sustentação deste princípio, ao mesmo tempo

em que iam ganhando espaço, as opiniões defensoras da necessidade de instauração das políticas sociais (BEHRING, 2006).

Dentre os modelos de políticas sociais, dois disseminaram-se na história, a partir da conjuntura e dos múltiplos determinantes que cercaram as épocas, servindo de base, inclusive, para os padrões de proteção social posteriores, são eles: o Beveridgiano e o Bismarkiano, que se caracterizavam à grosso modo, respectivamente, pela universalização e restrição (via seguros) dos direitos sociais.

Nos países de capitalismo central, observamos uma expansão das políticas sociais no lastro de tempo que compreende o período posterior à Segunda Guerra Mundial e segue até os últimos anos da década de 1960, ou seja, no espaço de tempo demarcado entre a transição do imperialismo clássico para o capitalismo tardio. Essa expansão ocorreu fundamentada no chamado *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, mas é importante ressaltar que as formulações de Keynes e Beveridge (fundamentais para o desenvolvimento desse Estado interventor) não tinham planos de ultrapassar a ordem capitalista. Suas ações e estratégias vislumbravam, tão somente, contribuir com a estabilidade e harmonia da estrutura produtiva para que, como corolário, também ocorresse à obtenção e acúmulo de lucros.

O *Welfare State* persiste até os últimos anos da década de 60 do século XX, momento no qual o capital é acometido por uma crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009), pondo em xeque suas bases de acumulação e, ao mesmo tempo, fazendo-o recorrer as ideias neoliberais de Hayek e Friedman.

Para compreendermos o posicionamento da particularidade brasileira, em meio a esta totalidade mais ampla que, de modo breve e introdutório, esboçamos nas linhas acima e, conseqüentemente, criar as balizas necessárias para atingirmos a compreensão da contrarreforma do Estado brasileiro no tempo recente, é preciso entender minimamente algumas singularidades presentes em nossa história, na medida em que estas foram responsáveis por contribuir e desenhar, com maior ou menor intensidade, a forma pela qual se conduziram às iniciativas de políticas sociais, aqui.

Nestes termos, a primeira consideração a ser mencionada, faz inferência ao modo e sentido de nossa formação sócio-histórica. Prado Júnior (s/a) nos informa que desde o período colonial – encarado pelo autor como

um momento importante no tocante ao processo de acumulação originária de capital para os países centrais –, a constituição de nossa nação esteve intrinsecamente voltada ao atendimento dos interesses da metrópole portuguesa, nutrindo, desde já, bases importantes para materializar relações de dependência e subordinação, as quais ainda resistem, hoje, com as especificidades de nosso tempo. De fato, como adverte Fernandes (1974), a revolução burguesa nos países da periferia, se sucede tendo por base a congregação de dois fatores, quais sejam: transformação capitalista e dominação burguesa.

Diz-nos ainda Prado Júnior que o período em voga, foi marcado e caracterizado, entre outros elementos, pela monocultura, grande lavoura e trabalho escravo, aspectos estes fulcrais para nos permitir tomar ciência da complexidade atrelada a esse processo, desde o início até o momento em que desemboca na implantação da lógica capitalista do valor entre nós e, por conseguinte, nas dificuldades e entraves encontrados para fazer existir quaisquer formas de proteção social para a classe trabalhadora. Em relação aos elementos acima citados, merece destaque o trabalho escravo, o qual se configura como extremamente importante para visualizarmos as direções (do atraso) das políticas sociais entre nós.

Como sabemos, o processo que, no Brasil, desembocou na transição ao modo de produção capitalista não ocorre pela forma clássica, por meio da qual foi possível observar a derrubada do feudalismo mediante a eclosão de um processo revolucionário dirigido e orientado pelos setores burgueses, mas incorporando, também, o conjunto das camadas mais numerosas em torno de um projeto que conseguia universalizar as reivindicações e interesses da burguesia para o restante da sociedade.⁵ E também não ocorre, pela via prussiana, a qual, em linhas gerais, direciona o processo (industrialização) pelo alto: sem a existência de uma revolução e participação das massas em nenhuma escala.

Embora percebamos a existência de algumas características da via prussiana se expressando na particularidade brasileira, corroboramos com a

5 A respeito da existência desse processo nas latitudes francesas, expõe Engels: “A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classes foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos” (ENGELS, 1987-1988, p. 327).

análise de Mazzeo (1997) acerca da presença de determinadas singularidades em nossa realidade (especialmente no tocante às características e delineamentos observados durante o período colonial) que não são contempladas por esta segunda denominação⁶. Então, cremos ser a terminologia *prussiano-colonial*, formulada pelo referido autor, a mais adequada para indicar o que o fenômeno representa em nossas latitudes tropicais. Pensamos ser ela “a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia [...] e agrária do processo de acumulação e posterior a industrialização do Brasil” (MAZZEO, 1997, p. 123).

Assim sendo, a adaptação brasileira ao capitalismo tem como marco histórico a Proclamação da Independência, com a conseqüente formação e consolidação de um mercado interno, de um lado e, de outro, da conformação das relações de poder (econômico, político etc.), que vão se organizando mais internamente. Esse processo, conforme analisa Iamamoto (2011), expressa uma verdadeira modernização conservadora, em virtude das decisões ocorrerem sempre pelo alto, de cima para baixo, fazendo com que as grandes massas e seus interesses fossem invisibilizados, calados e abafados.

Estes e outros fatos retardaram, em relação aos países de capitalismo central, o aparecimento das políticas sociais.⁷ Ora, entre nós a longa duração do sistema escravocrata de trabalho impossibilitou a organização e articulação dos trabalhadores, bem como a formação da consciência de classe para si,⁸ o que irá germinar, de maneira visível, quando se anuncia,

6 Como afirma Florestan Fernandes: “não existe, como se supunha a partir de uma concepção europocêntrica [...] um único modelo básico democrático-burguês de transição capitalista” (1974, p. 289).

7 Vale-se salientar que, em nossa particularidade elas foram se configurando a partir de relações embasadas no clientelismo, camaradagem, troca de favores entre outras nomenclaturas que apontam para a retirada/ocultação das garantias fundamentais sob a perspectiva dos direitos sociais. Fato este que ainda se mostra na realidade contemporânea.

8 “As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país [Inglaterra] em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 1985, p.159).

entre nós, a necessidade do trabalho livre, para firmamos, como sugerem Behring e Boschetti (2009) o *liberalismo à brasileira*. Noutras palavras, ao mesmo passo em que as elites brasileiras defendiam, a partir da influência dos países de capitalismo das regiões centrais, as ideias liberais, fundamentalmente pautadas no trabalho livre, as relações aqui estabelecidas estavam embasadas, ainda, no trabalho escravo, consubstanciando uma conjuntura mesclada de passado e presente (FERNANDES, 1974).

Nesse terreno de contradições, queremos afirmar que as atenções aos segmentos da sociedade brasileira, do ponto de vista da garantia de direitos e proteção social, de modo geral, ficaram, durante esse lapso temporal de nossa formação sócio histórica que esteve assentado no trabalho escravo, esquecidas, na exata medida em que não é possível verificar esforços nessa direção.

É em meio ao circuito que desemboca, através de um movimento lento e gradual, na crise do poder oligárquico-escravista, com a conseqüente instauração do capitalismo no Brasil, que presenciamos o surgimento das “condições favoráveis” para fazer materializar as primeiras políticas ou padrões de proteção social em nossa sociedade, inicialmente para os marítimos e ferroviários, com as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's), expandindo-se entre 1930-1945, em decorrência das alterações sobrevindas do cenário mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Já em meados de 1960, o Brasil se insere no contexto de ditadura militar. Nesse momento, enquanto os países situados nas regiões mais centrais encontravam-se numa crise, expressa, entre outros fatores, pelo esgotamento do modelo fordista, altas taxas de inflação e acentuada organização política da classe trabalhadora, o Brasil vivenciava tempos de milagre econômico. No bojo desta conjuntura de ditadura, caracterizada pelas mais inúmeras atrocidades, a exemplo das prisões, cerceamento da liberdade, torturas etc., as políticas sociais vão se configurar para adaptar-se a nova lógica do capital, fomentando uma conjuntura assinalada pelo binômio repressão e assistência; assim, marcaram-se de um lado, pela expansão e modernização e, de outro, pelo incentivo à privatização. É tudo isso ocorria como estratégia para legitimar entre os diversos setores da sociedade, o modelo tecnocrático, burguês e militar imposto (NETTO, 2011). Esta ditadura persiste entre nós até 1985, momento no qual a organização popular faz-se visível, criando as condições favoráveis para extingui-la via

abertura democrática expressa na luta pela materialização de direitos políticos e sociais.

Nesse percurso, a década de 1990 expressa, do ponto de vista dos arranjos econômico-político maquinados na particularidade brasileira, um lapso temporal relevante para pensarmos através de que e como, a partir das transformações expressas pelas novas requisições do capitalismo em meio à nova conjuntura, num conjunto de mutações no seio do Estado infiltradas para a sociedade, ocorre a absorção dos princípios e valores atrelados ao neoliberalismo – um sistema sócio-econômico que fornece procedimentos com vistas a propiciar a garantia dos interesses capitalistas. Ou, segundo Anderson, “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (1998, p. 22).⁹

Carecemos pensar, portanto, no processo de consolidação do capitalismo monopolista entre nós, o qual se dá com vistas a atender prioritariamente as determinações impostas pelos organismos financeiros multilaterais, que apontam diversas instruções para favorecer o desenvolvimento econômico de nossa sociedade, desconsiderando as necessidades e interesses das classes sociais oprimidas. Ou seja, o aparelho estatal é aprisionado pela burguesia e, nesse sentido, passa a garantir, com maior ou menor intensidade, a depender dos eventos e sujeitos que dinamizam a realidade em cada conjuntura, seus interesses.

Como nos lembra Netto (2007) o Estado, desde o período absolutista surge atrelado aos estratos de classe dominantes. Assim, para cada uma das fases/estágios precedentes do capitalismo o Estado se posicionou de determinada forma e, com o “avanço” para sua fase monopólica, temos também, uma nova adequação dele, pautada a partir de fatores econômicos, políticos e sociais articulados de acordo com as especificidades de cada região. Como bem afirma Behring (2007, p. 34-35):

9 Na concepção de Harvey, esse modelo que não obteve resultados satisfatórios, do ponto de vista econômico, conseguiu, na esfera, ideológica, alcançar um resultado bastante positivo para o capital, que se expressa no que o autor chama de *neoliberalização*, denominando o momento em que a os princípios e a doutrina do neoliberalismo “se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo” (2008, p. 2).

Estes dois elementos – Estado e monopólios – estão dialeticamente unidos, mas são distintos. Operam com meios adaptados às suas respectivas funções, mas submetidos às mesmas leis. Economia, política e ideologia estão cada vez mais ligadas entre si, ainda que relativamente sejam instâncias autônomas.

Neste íterim, somos levados a crer que a interlocução das atividades do Estado e do monopólio, cada qual com suas peculiaridades, contribuem para o processo de desenvolvimento e reprodução do capitalismo monopolista, sobretudo através dos diversos mecanismos criados para valorizar o capital.

É importante destacar que essas transformações e mutações do Estado não acontecem de maneira independente ou apática da classe trabalhadora, que reivindica, de um lado, a manutenção de direitos sociais historicamente conquistados e, de outro, a aquisição de novos. Fundamentalmente, a ação perpetrada pelo Estado para com a classe trabalhadora não ocorre descolada de diversas reivindicações, cujo não atendimento poderia por em xeque a ordem instalada pelo capital na sociedade: é o momento no qual ele “dá o anel, para não perder os dedos”!

Em sua obra *O Estado e a Revolução*, Lenin (2007) esboça uma concepção de Estado calcificada com um rigor teórico-metodológico bastante consistente, do ponto de vista marxiano. Para o autor russo, a compreensão do Estado e de seus aparelhos e instrumentos coercitivos só é possível quando o enxergamos no seio de uma sociedade fraturada em classes sociais antagônicas, na exata medida em que ele se forja, fundamentalmente, como uma máquina de dominação e exploração de uma sobre a outra, demonstrando, justamente, a impossibilidade histórica de qualquer tipo de conciliação entre elas.

Nesses marcos, se de um lado, como nos lembram Marx e Engels (1999) a burguesia ansiando manter sua existência transforma constantemente as relações sociais a partir do chão material que lhe dá sentido, de outro também é inconteste que surgiram outros sujeitos e aparelhos mediando as organizações e interesses do proletariado. Desse modo, não desconsideramos a formulação da corrente marxista clássica que percebe o Estado como “comitê executivo dos interesses da burguesia”, mas corroboramos com Coutinho quando afirma:

... a necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* da dominação impõe a criação ou renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia (COUTINHO, 2008, p. 55).

Estamos nos remetendo, aqui, ao conceito ampliado de Estado, cujo principal expoente é o pensador italiano Antônio Gramsci. Foi ele que, ao levar em consideração a processualidade histórica e as novas características a tomarem corpo com ela, realizou o movimento dialético de sair da aparência para a essência, identificando novos aspectos e determinações no âmbito desse órgão institucional. Esses aspectos e determinações se estruturam, precisamente, ancorados no enfoque dado à propalada sociedade civil, entendida, em Gramsci, como uma “portadora material da figura social da hegemonia”, que coexiste com uma sociedade política – marcada pela ditadura, dominação e coerção.

É que Gramsci fornece-nos suas análises num período de maior socialização da política, onde se presencia a existência de “aparelhos privados de hegemonia” detentores de uma direção política e capazes de conquistar a supremacia, entendida, aqui, a partir da combinação entre o domínio e a direção intelectual e moral. Ou seja: “... o termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura” (COUTINHO, 1992, p.78).

Não podemos, assim, desconsiderar o esforço protagônico desses sujeitos (classe trabalhadora) ao longo da história. Contudo, quando observamos as novas determinações a emergirem com a maturação do modo de produção capitalista em sua fase monopólica, não podemos deixar de atentar também para o avanço do capital em detrimento do retrocesso do trabalho, mesmo diante de sua centralidade no desenvolvimento e organização das sociedades. Portanto, parece acertado a candente necessidade de verificarmos as múltiplas determinações e simbioses que têm mediado, na história, as relações entre política social e Estado, para termos uma noção mais fundamentada dessa análise.

Para atingir a compreensão dessas relações, que determinam diretamente a materialização das políticas sociais de modo geral, faz-se necessá-

rio refletirmos acerca do processo de contrarreforma¹⁰ do Estado brasileiro. Um conjunto de mudanças, ajustes e direcionamentos não estruturados de maneira positiva do ponto de vista de melhorias substanciais na qualidade e modo de vida da sociedade. Muito pelo contrário, visualizamos um processo de aprofundamento das dificuldades e percalços que historicamente assolaram a classe trabalhadora. De fato, trata-se de “... uma contrarreforma conservadora e regressiva, diferente do que postulam os que a projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais” (BEHRING, 2008, p. 171).

Foi com esse projeto em processo que Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores, se deparou ao eleger-se, nas eleições de 2002-2003 para presidente da República do Brasil. Tão logo se concretiza o feito, o que podemos observar é um abandono da construção político-ideológica gestada especialmente em meio às agitações operárias do ABC paulista, e a incorporação das requisições da ortodoxia econômica neoliberal. Consuma-se, assim, um processo de ruptura e continuidade enviesado, na exata medida em que, ao invés de romper com as orientações macroeconômicas do capital e dar prossecução ao plano nutrido pela classe trabalhadora, o que assistimos foi justamente o inverso: ruptura com o trabalho e continuidade com o capital, através da ininterrupção da contrarreforma do Estado. E tudo isso, selado por um acordo descabido, que procura acomodar num mesmo terreno, projetos societários radicalmente opostos, como quem quer servir a dois senhores.

Tal contrarreforma, segundo Behring (2008) tem impactado a classe trabalhadora, especialmente na perspectiva que aponta para a regressão dos direitos sociais, em três dimensões, a saber: privatizações, seguridade social e flexibilização das condições de trabalho. Abaixo, tentaremos discurrir sobre elas.

Particularmente no debate voltado à apreensão das flexibilizações nas relações de trabalho, nos aclara a autora já citada que, em períodos de crise,

10 Ora, como proferem Behring e Boschetti (2009), a reforma é um termo nutrido entre a classe trabalhadora e era usado para designar as conquistas e direitos alcançados no conflito com o capital em outras épocas históricas. Quando se utiliza este termo no final do século XX, acreditamos que o teor, bem como os efeitos, impactos e a direção sócio-histórica já não são mais os mesmos. Concluimos assim, que não podemos enquadrar este fenômeno como reforma, trata-se mesmo de uma contra-reforma!

sempre tem se configurado como estratégia do capital a implementação de modificações no âmbito da esfera da produção, com vistas a diminuir seus custos e assim, adquirir mais lucro. Nesse sentido, se consomem rebatimentos diretos para o trabalhador através do surgimento das formas flexíveis de trabalho, de modo que se forjam e ganham contornos a partir dos interesses de quem as impulsiona.

Esses rebatimentos se verificam, por exemplo, no aumento expressivo do desemprego (estrutural), no maior nível de exploração dos trabalhadores ou ainda com o alastramento de diversas formas perversas de trabalho: informais, subcontratados, terceirizados etc., como nos alerta Antunes (2009) demonstrando claramente a opção política pela negação dos direitos sociais e trabalhistas que foram historicamente conquistados, em razão da subordinação do capital nacional à lógica do capitalismo internacional.

Ancorada na revolução tecnológica ou informacional, essa flexibilização tem, nos marcos contemporâneos, ocasionado mudanças significativas na força de trabalho e mais precisamente nas características diretamente interligadas à produção do valor. Decerto, seu desenvolvimento tem favorecido a reprodução ampliada do capital, fenômeno marcado pela combinação da extração de mais valia absoluta e relativa. Pois, se de um lado, a incorporação dos aparatos tecnológicos permitem o aumento da produtividade, do outro, o contingente industrial de reserva, entre outros fatores, tem cumprido um papel importante para pressionar o aumento das jornadas de trabalho.

Mas as alterações verificadas e sentidas na esfera econômica não acontecem isoladas, pois nesse processo se somam também as investidas do capital no plano ideológico, mais precisamente nos espaços de organização e reivindicação delineados pela classe trabalhadora, numa clara tentativa de promover “... estratégias de *passivização* dos trabalhadores, com o objetivo de derruir sua identidade de classe” (BEHRING, 2008, p. 214 – grifos da autora).

No tempo presente, especialmente com o advento do governo do Partido dos Trabalhadores no cenário político-institucional podemos observar o que Oliveira (2010) vem denominando de *hegemonia às avessas*. Para o sociólogo, vem se gestando um fenômeno, que se materializar assentado numa espécie de acordo entre a burguesia e o proletariado. Em suas palavras, ele conforma-se numa situação semelhante à ocorrida na África do

Sul¹¹, onde: “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada”. E, reportando-se especificamente para o caso brasileiro, o autor informa-nos que: “... ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe, e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de condottiere e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade (OLIVEIRA, 2010, p.24-25).

Certamente, o PT vem se esforçando em querer defender e até mesmo apregoar, a todo custo, a ideia equivocada da conjunção entre desenvolvimento econômico e distribuição de riqueza, de aprofundamento da cidadania e ampliação do sistema de proteção social, ou em síntese: da possibilidade de unificação entre os interesses do capital e do trabalho, numa forma de sociabilidade em que as contradições se acirram a cada dia, elevando-se à enésima potência.¹²

Em todo este jogo de interesses e estratégias por parte do capital, acreditamos que se mostram diversos determinantes, todos eles embebidos de

... uma defesa contundente da flexibilização como elemento da ‘reforma’ do Estado, no sentido de retirar entraves para a modernização e a competitividade da indústria brasileira a partir do custo do trabalho, bem como contribuir para atrair investimentos estrangeiros produtivos para o país, já que tal retirada implica a diminuição dos encargos sobre as empresas (BEHRING, 2008, p. 220).

De fato, a defesa de um projeto de produção flexível, vinculado aos direcionamentos hegemônicos advindos dos setores e sujeitos que advogam,

11 “As classes dominadas na África do Sul, que se confundem com a população negra, derrotaram o apartheid, um dos regimes mais nefastos do século XX, mesmo se levando em conta que o século passado conheceu o nazi-fascismo e o arquipélago Gulag. E o governo sul-africano oriundo da queda do apartheid, no entanto, se rendeu ao neoliberalismo. [...] Assim, a liquidação do apartheid mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso” (OLIVEIRA, 2010, p.24).

12 É importante mencionar, nessa parte do desenvolvimento de nosso texto, que os governos Lula e Dilma possuem uma peculiaridade em relação aos que o antecederam, expressa numa maior abertura para o diálogo – ainda que, muitas vezes, demasiadamente institucionais e burocráticos, com os segmentos e movimentos sociais organizados. Certamente, em que pesem todas as queixas, tal medida constitui-se num aspecto relevante, mas, ao mesmo tempo, esse fenômeno parece confluir para mascarar e escamotear, com um manto de positividade, o propagado acordo.

a todo custo, a necessidade de adaptação de tudo e de todos aos mecanismos capazes de conferir maiores taxas de lucro ao capital nacional vem, desde as primeiras medidas adotadas entre nós, particularmente a partir do final de 1980 e início de 1990, com a entrada de Fernando Henrique Cardoso¹³ e observamos uma continuidade – senão aprofundamento – dessas tendências e medidas nos dois mandatos do governo Lula da Silva e, mais recentemente, com sua sucessora, Dilma Rousseff, em nosso cenário político, se sobrepujando aos interesses da maioria oprimida, sobre a qual recaem todos os efeitos negativos do processo.

E essa continuidade, longe de representar as consequências do que vem se convencendo chamar de “herança maldita” expressam, a nosso ver, uma verdadeira tomada de posição a favor do projeto de desmonte neoliberal para o Brasil.

Associado a isso, temos também a ocorrência de intensas privatizações, por meio das quais o governo entrega às iniciativas particulares/privadas, nossos serviços e empresas, perdendo parcial ou integralmente o domínio sobre eles, fazendo com que, no Brasil, ocorra sempre a “... privatização dos ganhos e a socialização das perdas” (BOSCHETTI, 2008, p. 80).

Forja-se, entre nós, pelos diversos aparatos de comunicação, uma cultura esforçada em promover a satanização do Estado e da coisa pública. Assim, atesta-se a insuficiência ou impossibilidade do Estado nacional em gerir os órgãos e empresas existentes. Ao mesmo passo, entra em cena o setor privado nacional e, também internacional, pleiteando conseguir suas altas taxas de lucros – permitindo-nos afirmar que concomitante a este processo de privatizações acontece também, outro: a desnacionalização, na medida em que são os interesses estrangeiros que passam a ter o controle sobre esses setores de utilidade pública, como saúde, telecomunicações e educação, por exemplo.

Em síntese:

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica cor-

13 Com FHC, a tal iniciativa toma forma e ganha corpo com o Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e Reforma do Estado (PDRE/Mare).

roia aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país a mercê dos especuladores do mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 152).

Nesse quadro de problemas, a “reforma”, expressa nesse caso no incentivo à privatização é reivindicada como sendo a saída para as insuficiências do Estado. À base de sua justificação poderíamos encontrar vários argumentos: melhoria na qualidade dos serviços prestados, a conjuntura econômica (marcada por muitas dívidas) etc. (BEHRING, 2008). Contudo, não foi isso que se assistiu. Cada vez mais, era possível comprovar que se estava diante de “... uma contrarreforma do Estado no Brasil de natureza destrutiva e regressiva, antinacional, antipopular e antidemocrática” (Ibidem. p. 234) que afetava medularmente – e continua afetando, ainda hoje –, o conjunto dos trabalhadores, através da perda de direitos e do aprofundamento das condições de miserabilidade e pauperismo vivenciadas por eles.

Ainda no quadro das privatizações é importante mencionarmos a existência das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP's) que se instauraram e se desenvolveram com Lula e continuam, ainda hoje se sucedendo com Dilma, em diversos setores, dos quais, a título de exemplo, poder-se-ia mencionar as grandes obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A lógica impressa nessas parcerias é apenas uma: favorecer e assegurar o acúmulo de lucro do grande capital, mesmo que para isso a população tenha que arcar com o peso das inúmeras consequências malévolas atreladas às mesmas.

Dando prossecução à nossa exposição, é importante apontar uma dimensão sobre a qual se mostram outros rebatimentos ocasionados pela contrarreforma, dimensão esta que se encontra expressa no modo como se organizam os padrões de proteção social. Assim, como nos convence Behring (2008), as conquistas sociais impressas na Constituição Federal de 1988, como resultado da atuação organizada dos sujeitos na sociedade, passam a habitar um terreno complexo e espinhoso, do ponto de vista da garantia do padrão público universal da seguridade social.

Isso acontece, pois em seu lugar (da universalidade), surgem configurações novas do capitalismo contemporâneo, apontando a necessidade de fa-

zer emergir intervenções cada vez mais pontuais e restritas, para estar em consonância com os interesses de acumulação do mercado, engendradas em meio à privatização dos direitos, e a transferência de responsabilidades do Estado para o terceiro setor.

No contexto dos padrões de proteção social, os primeiros anos do governo Lula foram marcados pela Reforma Tributária (Março de 2003) que se apoiou na extinção de fontes de financiamento para o conjunto das políticas sociais, desfigurando, de modo acentuado, as prerrogativas inscritas na nossa Carta Constitucional (especialmente no Artigo 195).

Vale destacar que, além da reforma tributária, vem tendo continuidade nos marcos dos governos petistas, a busca pela existência de um *superávit*, via de regra, para cumprir as determinações dos organismos financeiros multilaterais – sobretudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), e isso tem levado à extração de recursos do orçamento da seguridade social, de modo geral, fundamentalmente através da chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU).¹⁴ Já em 2010, foi desviado, segundo informações da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), um montante de um pouco mais de R\$ 45 milhões, acompanhados, no ano seguinte, de um discurso fervoroso da presidenta que no afã de prorrogar, mediante Proposta de Ementa Constitucional (PEC)¹⁵ a validade da DRU para 2015 afirmou sua preocupação com a manutenção da robustez fiscal do país. Segundo ela, não se trata de “... dar ao governo liberdade de gasto, [e sim] dar margem de manobra diante de uma crise internacional que se avizinha”.¹⁶ Em verdade, como assevera Boschetti, esses acontecimentos retratam: “... uma perversa alquimia que se apropria dos recursos das políticas sociais para sustentar a política conservadora neoliberal e impede a ampliação dos direitos sociais no Brasil” (2008, p. 86).

Na conjuntura dos direcionamentos do governo para com o sistema de seguridade social, vem ganhando destaque, a política de assistência social e, muito contribuiu para isso a criação e institucionalização, já durante o

14 Desde seu surgimento, a DRU prevê a desvinculação de 20% de toda a arrecadação da União.

15 Ver Proposta de Emenda Constitucional n. 61/2011.

16 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/dru-da-margem-de-manobra-ao-governo-diante-da-crise-diz-dilma.html>. Acesso em: 25 Jul. 2013.

primeiro mandato de Lula, do Programa Bolsa Família (PBF).¹⁷ Na verdade, mais que um destaque, corroboramos com a análise feita por Mota et. al. (2006, p. 271), os quais ancoram-se na premissa de que tal política vem “... passando a assumir para uma parcela significativa da população a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social”.

A previdência social, por sua vez, está restrita aos que podem contribuir com ela, expressando, já na imediaticidade da análise, uma contradição acentuada, ao observarmos as inúmeras transformações – orientadas pelos estratos de classes que representam o capital – que tem envolvido o mundo do trabalho, as quais estão sendo responsáveis por levar um grande contingente de homens e mulheres a estarem aniquilados de seus postos de trabalho, ou seja, numa situação de desemprego estrutural, como já sumarizamos brevemente acima.

Para além disso, as sucessivas “reformas” pelas quais passou, demonstram o quanto a incorporação de aspectos liberalizantes está conseguindo imprimir suas facetas nesse âmbito (FAGNANI, 2011). De um lado, na própria dificuldade de acesso aos direitos, impulsionadas, por exemplo, no aumento da idade para aposentadoria, nas modificações da relação entre tempo de contribuição e tempo de serviço ou ainda na presença do fator previdenciário e, do outro lado, no incentivo direto a formação de sistemas de previdência privados.

No tocante à saúde, mais uma política que compõe o híbrido sistema de proteção brasileiro, que circula entre o seguro e a assistência (BOSCHETTI, 2004), verificamos – mesmo tendo clareza de que, nesse campo, as lutas se registram há mais tempo – o descumprimento dos princípios garantidos no Sistema Único de Saúde (SUS), tais como: descentralização, equidade e prestação na qualidade dos serviços prestados. Dessa forma,

a tendência geral é a de redução dos direitos, sob o argumento da

17 De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MSD) “O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. [...] integra o plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a \$70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos” Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 27 jul. 2013.

crise fiscal, transformando-se as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da seguridade social nos países – em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise – “a política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo” (BEHRING, 2008, p. 248).

Ergue-se, dessa maneira, uma conjuntura que articula mecanismos para tentar justificar os direcionamentos do Estado, na esfera econômica da gestão das políticas sociais, as quais têm se mostrado de maneira muito precária para a classe trabalhadora. É uma forma de abafar a magia criada pelo feiticeiro (leia-se o capital) e que, pelas contradições da fórmula que a compõe, começa a se voltar contra ele, ameaçando todo o seu poder.

Algumas considerações sobre a (in)conclusão da história...

Toda história possui começo, meio e fim. Nesse momento, precisamos tecer algumas considerações que não expressam ainda o final dessa história, marcada, até o presente momento, pelo avanço desenfreado do capital sobre o conjunto da classe trabalhadora pois, a busca histórica implementada pela burguesia para permitir o acúmulo cada vez maior de suas taxas de lucro, não ocorre separada dos constantes desmontes das políticas sociais conquistadas a duras penas pelos trabalhadores.

Na conjuntura que atualmente está sendo arrolada pelo Partido dos Trabalhadores, podemos comprovar esta assertiva. De fato, ela tem sido fortemente marcada pela avalanche neoliberal, esta responsável por nutrir um Estado máximo no que tange ao atendimento dos interesses macroeconômicos dos setores burgueses, e mínimo na capacidade de desenvolver (e) aprofundar o aparato que conformam o – píffio! – sistema de garantia dos direitos sociais, na particularidade do Brasil.

Aqui, o sistema de proteção social vem sendo consideravelmente afetado com a continuidade que, sob égide do PT, tem tido as inúmeras medidas liberalizantes espalhadas e dos rebatimentos ocasionados, especialmente no campo dos padrões de proteção social existentes, de que se registre, a título de exemplo, a contenção ao acesso, focalização, seletivização, privatização, sucateamento e perda na qualidade dos serviços, entre outros tan-

tos aspectos que não confluem, de maneira alguma, para alterar as injustas e desiguais estruturas presentes na totalidade da vida social.

Segundo Behring “a reversão dos estragos dos anos 1990, que foram econômicos, políticos, sociais e culturais [...] é possível, mas vai exigir muita coragem e vontade política dos novos dirigentes do país, e muita mobilização popular, para além do voto” (2008, p. 287).

Com esta afirmação, a autora nos aclara a vista para o fato de que permanece vivo o conflito materializado entre capital e trabalho, dando também indícios de o quão latente é a necessidade de nos organizarmos, se quisermos desviar os rumos que essa história tem tomado no Brasil e no mundo, no que tange, entre outras coisas, ao papel, lugar e sentido ocupado pelas políticas sociais. Certamente, as últimas manifestações que vimos ganhar as ruas do Brasil, demonstram a insatisfação que as atuais configurações do capitalismo têm representado na arena das políticas sociais públicas e pode representar, ao mesmo tempo, a possibilidade de construção de um projeto contra-hegômico.

Assim, é preciso, a partir das “condições legadas e transmitidas pelo passado”, como expusemos na epígrafe deste trabalho, frear as inúmeras contrarreformas desencadeadas avassaladoramente pelo grande capital, para que se possa efetivar uma reforma, no sentido mais profundo e operário do termo, em nossa sociedade, que conflua para permitir a superação da barbárie e o aparecimento de uma sociabilidade emancipada, nos termos de Marx.

Destarte, é fundamental que a história se conclua, e que tenha um final radicalmente diferente do que visualizamos hoje. Por isso, finalizamos o texto, parafraseando Marx e Engels: trabalhadores de todo o mundo, unidos em busca de um final feliz...

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In. SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ANFIP. *Análise da Seguridade Social 2010*. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/analise2010.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2013.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E. Fundamentos de Política Social. In: MOTA A. E. (Org.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 13-39.

_____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2.).

BOSCHETTI, I. Seguridade Social e projeto ético político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez: n. 79, p. 108-132, 2004.

_____. Os custos da crise para a política social. In: BEHRING, E.; SANTOS, S. M. M. MIOTO, R. C. T. (Orgs). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 64-85

COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A teoria “ampliada” do Estado. In: COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. p. 73-88.

DRU dá ‘margem de manobra’ ao governo diante da crise, diz Dilma. *G1 Economia*. Brasília, 11 Nov. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/dru-da-margem-de-manobra-ao-governo-diante-da-crise-diz-dilma.html>. Acesso em: 25 Jul. 2013.

ENGELS, F. Prefácio a 3ª edição alemã de 1885 de “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In: *Coleção os pensadores*. Karl Marx, 4.ed. São Paulo: Nova cultural, 1987-1988.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. In: *Revista SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011.

FALEIROS, V. P. *O que é Política Social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974, p. 289-366.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Tradução revista por Aristides lobo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MDS. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 27 jul. 2013.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. 2.ed. Global, 1985.

_____. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Pocketedition: 1999.

MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)*. São Paulo: Cortez, 1997.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, A. E. MARANHÃO, C. H. SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. In: *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 87, p. 142-157, 2006.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 6ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Didadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011

OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: hegemonia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, P. A. P. As vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. *Revista SER Social* n. 09, p. 77-91 Brasília, Jul./Dez. 2001.

_____. Abordagens teóricas sobre o Estado em sua relação com a sociedade e com a política social. In: PEREIRA, P. A. P. *Política Social: temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense: s/a.
- TANEZINI, T. C. Z. Parâmetros Teóricos e metodológicos para análise de políticas sociais. In: *Ser Social*. n. 14, p. 13-44, jan./jun. 2004.
- WOOD, E. M. *DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

* Hiago Trindade de Lira Silva é Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN).
<hiagolira@hotmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite (ESS-UFRJ)

Alejandra Pastorini Corleto (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos
Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHESP-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Alejandra Pastorini Corleto

Janete Luzia Leite

Maria de Fátima Migliari

TRADUÇÃO

Daniel Hanan

Daniel Stevens Torres Cárdenas

Fábio Marinho

Nicolle Varella Felipe

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil